

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932): UM PERCURSO NECESSÁRIO

Por Assis Souza de MOURA
Mestrando em Educação – UFPB/CE/PPGE
E-mail: souassis@hotmail.com

RESUMO

Traça-se, com este trabalho, um breve percurso pelo itinerário da História da Educação no Brasil, especificamente na década 1930, fundamentado em um aporte teórico histórico-crítico, indicativo de elementos introdutórios para a discussão e compreensão das inúmeras reformas do ensino propostas e delimitadas na política educativa no ano de 1932, resultantes das diversas reformas de anos anteriores. Temos como *corpus* de análise alguns trechos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado por 26 (vinte e seis) educadores(as) brasileiros(as) no início da década de 1930, documento este que se configura como síntese do pensamento educacional da época. Inseridas ainda nesta trilha discursiva, intercalamos, a partir do documento em epígrafe, questões pertinentes e inter-relacionadas como democracia, educação e escola pública.

Palavras-chave: Educação Nova. Escola. Política Educacional.

O presente artigo, resultado da compilação de notas de leitura, apresenta uma breve análise, de intenção preliminar, sobre educação e escola pública na década de 1930, tendo, como *corpus* de investigação, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros(as) 25 educadores(as), o Manifesto é um documento histórico, lançado em 1932, “ao povo e ao governo”, conforme título próprio, e propunha, substancialmente, uma “nova política educacional” para o Brasil, indicando, segundo Santucci (1), diretrizes para a educação nacional em uma “sociedade em transição”, em um governo provisório, “focalizando a escola como espaço institucional”, promotor de uma “educação popular igualitária para todos”, com base na qualidade, sendo gratuita, laica e de obrigação do Estado.

O referido documento circulou em âmbito nacional, sendo publicado em jornais e folhetins da época, e indicava perspectivas para a democratização da escola pública, selando sua laicidade e obrigatoriedade, cuja finalidade maior era uma reforma na política educacional e a construção de bases sólidas para um sistema de ensino escolar renovado e renovador.

Neste contexto, o Manifesto situa os problemas da educação nacional, conforme o texto, “na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação.” (2). Uma vez que a organização escolar não atendia as necessidades modernas do Brasil.

[...] se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. (3)

O grupo que assinou o Manifesto, reunido para defender novos ideais de educação, lutava contra o “empirismo” dominante no sistema tradicional, propondo, em contrapartida, que era preciso, de forma urgente, “transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares.” (4). A educação nova, por um princípio de renovação, deveria começar na escola, democratizando o acesso, organizando a estrutura interna e as relações desta instituição com a sociedade local, sobretudo, a partir das famílias.

O texto do Manifesto afirma ainda que a educação nova tinha por objetivo “servir não aos interesses de classes”, neste caso a burguesia, “mas aos interesses do indivíduo”, fundamentando-se sobre na “vinculação da escola com o meio social”, pois, no dizer dos(as) educadores(as) de 1932, a escola tradicional, consolidada em um ideário arcaico, imprimia uma concepção burguesa, oferecendo ao indivíduo uma educação que fortalecia a classe dominante e não aos interesses da nação. O documento, entretanto, desafiava estas idéias e defendia que a educação é uma função pública e que a escola, “única e comum”, não podia ser organizada para privilegiar uma minoria economicamente hegemônica. E para enfrentar estes obstáculos na propositura de uma escola nova, o texto dos(as) educadores(as) previa que todos os(as) professores(as) tivessem uma formação científica, “desinteressada”, universitária. Acrescente-se: continuada.

Passados 76 (setenta e seis) anos, o referido Manifesto ainda tem sido fonte primária para inúmeras discussões sobre história da educação no Brasil, sendo um importante marco historiográfico, debatido “enquanto um objeto fundador de discussão sobre o sistema de educação pública no Brasil” (5).

O Manifesto foi construído dentro de um percurso de discussão e debate e configura-se como resultado, produto dos embates em torno das reformas que vinham sendo implantadas, isoladamente, em várias regiões do país, sob o impulso dos ideais da Escola Nova. Contudo, em

conformidade com o pensamento de Pellaes (cf. 5), o Manifesto não é um simples plano com diretrizes políticas para a educação nacional, mas

constitui simultaneamente um plano de ação nacional visando à estruturação de um sistema educacional, e um documento emblemático, capaz de revelar um grande teor simbólico, transformando-se num lugar de discussão e reflexão sobre o ambiente político e social da primeira metade do século XX, mais especificamente dos anos 20 e 30. (6)

As reformas, referidas acima, foram realizadas dentro de uma abrangência geográfica limitada ao território de alguns estados, entre elas, destacamos a de **Lourenço Filho**, no Ceará, em 1923; a de **Anísio Teixeira**, na Bahia, em 1925; a de **Francisco Campos e Mario Casassanta**, em Minas, em 1927; a de **Fernando de Azevedo**, no Distrito Federal (atualmente o Rio de Janeiro), em 1928 e a de **Carneiro Leão**, em Pernambuco, também no ano de 1928.

Em síntese, embora com argumentos questionáveis, todas estas reformas resultaram no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, pois, em análise histórica, o discurso que permeava as mobilizações e reivindicações dos(as) protagonistas das reformas, imprimia um ideal de educação, fundado em democracia e, pedagogicamente, construído sobre os pilares do escolanovismo.

Também conhecido como Educação Nova, o movimento de Escola Nova, concebido e organizado por educadores(as) europeus e norte-americanos no final do século XIX, com base nos avanços das ciências biológicas e da Psicologia, apresentava uma nova forma de compreender as necessidades da infância e questionava o modo como a escola tradicional trabalhava com a criança. De modo geral, o escolanovismo – seu outro nome – visava a renovação da mentalidade dos(as) educadores(as) e, naturalmente, em consequência, das práticas pedagógicas, colocando o(a) educando(a) como centro norteador do processo educativo.

No contexto nacional, a Escola Nova, que chegou ao Brasil na década de 1920, junto às “Reformas do Ensino”, algumas já mencionadas neste texto, procura a modernização, a democratização, a industrialização e urbanização da sociedade, depositando na escola uma função de inserção das pessoas na “ordem social”. A escola, no discurso escolanovista, deveria atender aos desafios da sociedade moderna que se anunciava.

Contudo, dentre as reformas, segundo o redator do Manifesto, Fernando de Azevedo, a reforma de 1928, da qual o mesmo foi protagonista, exerceu maior influência no cenário nacional por ter acontecido no Distrito Federal, para onde os olhares estavam sempre voltados. Esta reforma reuniu, de certo modo, as principais diretrizes políticas, sociais, filosóficas e educacionais do escolanovismo.

Referindo a esta reforma, Azevedo escreveu:

[...] ela marcou, nos domínios da educação, um período revolucionário, não só pelas idéias francamente renovadoras que a inspiraram e que, por ela, entraram em circulação, como pela fermentação de idéias que provocou e pelo estado social que estabeleceu, de trepidação dos espíritos, de sôfregas impaciências e de aspirações ardentes. (7)

Para Azevedo, em nenhum outro momento, na breve história do Brasil, até então, dentro das sucessivas reformas que se propunha, “nenhuma outra, de fato, até 1930, imprimiu ao nosso sistema de educação uma direção social, tanto quanto nacionalista, mais vigorosa, nem levou mais em conta, no conjunto como nos seus detalhes, a função social da escola.” (8). De fato, dentro do itinerário discursivo da Reforma de 1928 (e das reformas anteriores e posteriores), a escola deveria ser entendida como espaço aberto à sociedade. Por isso, o Manifesto se volta para as questões do interior da escola, suas relações e articulações com o meio social e, sobretudo, parceria com as famílias, que pela primeira vez ganha espaço nas discussões sobre o cotidiano escolar. Estas questões são compreendidas como foco de irradiação dos princípios que deveriam se consolidar por uma “escola nova”, dinâmica, “produto típico da modernidade.” (9).

A reforma de 1928, precursora do Manifesto dos Pioneiros, mesmo que localizada geograficamente, não se restringiu, ultrapassando fronteiras, sendo debatida, amplamente, em diversos outros estados e regiões, e, ganhando força e impulso, orientou pequenas reformas locais na direção de um debate nacional sobre a política de educação no país.

No entendimento de Azevedo, a reforma de 1928 “inaugurava efetivamente uma nova política de educação no Brasil.” (10). A reforma consolidava, assim, uma “concepção democrática da existência”, onde o respeito ao elemento humano, atitude e essencialmente pedagógica, deveria ser incondicional, dentro do leque de variedade das “exigências sociais e das necessidades e aptidões individuais” (cf. 10).

Com a reforma de 1928, o Brasil se inseriu dentro de um movimento renovador da escola que já estava consolidado nos países europeus, a exemplo da França e Alemanha. A reforma foi um movimento de idéias que, criticado de todas as formas, “em meio aos aplausos e protestos”, resistiu, “introduzindo novas idéias e técnicas pedagógicas”, referendadas por educadores(as), a exemplo de Dewey, “atribuindo novos fins, nacionais, sociais e democráticos, ao sistema de educação” (11).

Ainda sobre a Reforma no Distrito Federal, Azevedo enfatiza:

A rigorosa afirmação dos princípios fundamentais por que se norteou essa reforma; as polêmicas apaixonadas que se levantaram em torno dela e o movimento de idéias que suscitou, produzindo uma ruptura da unidade do pensamento pedagógico, determinante desde o Império, deram-lhe um tal impulso e tão grande poder de desenvolvimento que pôde repercutir fortemente colhendo-as no seu raio de influência, sobre diversos Estados da União. (12)

Tais reformas além de romperem com o pensamento pedagógico imperialista ainda presente à época, fundaram, mesmo por um transplante cultural, as novas idéias de educação da Europa no Brasil, o que é perfeitamente visível na historiografia. Contudo, para este momento, descartamos os aspectos políticos e econômicos que fundamentariam melhor este trabalho e nos encaminharíamos, naturalmente, em temáticas ainda mais abrangentes, portanto destacamos apenas a escola dentro do ideário pedagógico do Manifesto.

Inserida no movimento de renovação da educação (Escola Nova), inaugurado, como diria Azevedo, com a reforma do Distrito Federal, a instituição escolar passa a ser considerada em suas múltiplas faces e dimensões, tendo sua função social questionada, “aliviando a escola do peso morto do ensino tradicional” (13), uma vez que a escola tradicional imprimiu uma rigidez ao sistema escolar.

Azevedo apresenta a escola como o primeiro e mais importante alvo das reformas na nova política educacional e que se devia, por um esforço coletivo, “fornecer, pela reforma, às escolas de todos os graus e tipos uma base concreta, de serviços técnicos e administrativos, para uma educação mais eficiente e que realmente se estendesse a todos.” (14).

O movimento de reforma ampliado no Distrito Federal inquietou pessoas e grupos, causando o surgimento, inicialmente isolado, e o fortalecimento de novas idéias, tendências e estratégias de reivindicação por políticas para uma educação democrática. Pôde-se compreender, posteriormente, que estas idéias e ações configuravam-se, em sua complexidade, como “fases do processo revolucionário que se desenvolvia no país, desde 1922”, (15) e que a revolução de 30 era o desfecho de uma fase e o surgir/despertar de novos desafios.

E, assim, vale lembrar que

nas regiões de população mais densa e de uma civilização mais industrial e urbana, criaram-se por esse e outros movimentos subseqüentes de renovação intelectual, artística e pedagógica, diversos centros culturais que tiveram como ponto de partida o Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo (o centro-sul) e de que se irradiaram, por algumas zonas culturais, na periferia, essas novas idéias e tendências tanto mais fracas e menos generalizadas quanto mais se distanciavam dos principais focos de elaboração e de difusão da cultura nacional. (cf. 15)

As idéias foram bem mais fortes e provocaram tantas inquietações pelo envolvimento que se efetivara, articulada e com ações sustentáveis, por parte dos diversos grupos e movimentos sociais comprometidos com a renovação da educação brasileira. Cabe ressaltar, aqui, a importância cardinal dos grupos artístico-culturais na difusão destes novos ideais. Sobretudo, o papel do teatro nacional inspirado pelas idéias da Semana de Arte Moderna (1922).

As reformas locais aconteciam de forma isolada e distante umas das outras, enfraquecidas pela pressão ideológica ainda dominante dos métodos e técnicas tradicionais

presentes nas práticas escolares institucionais e na concepção dos(as) professores(as). Observada esta realidade e percebida a multiplicidade de idéias pedagógicas na unidade das idéias do movimento da Escola Nova, Fernando Azevedo, decidiu por reunir, em um documento, as principais idéias, publicizando-as no intuito de mobilizar, de forma articulada, ações coletivas em defesa de uma nova política de educação para o Brasil. Nasce, portanto, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

No Manifesto

lançaram-se as diretrizes de uma política escolar, inspirada em novas ideias pedagógicas e sociais e planejada para uma civilização urbana e industrial, com o objetivo de romper contra as tradições excessivamente individualistas da política de país, fortalecer os laços de solidariedade nacional, manter as idéias democráticas de nossos antepassados e adaptar a educação. (16).

Azevedo, em publicação posterior ao Manifesto, destaca, como sendo partes capitais do documento

a defesa do princípio de laicidade, a nacionalização do ensino, a organização da educação popular, urbana e rural, a reorganização da estrutura do ensino secundário e do ensino técnico e profissional, a criação de universidades e de institutos de alta cultura, para o desenvolvimento dos estudos desinteressados e da pesquisa científica. (cf. 16)

A apresentação destes pontos visava o fortalecimento do ensino leigo, a efetivação da obrigatoriedade do ensino escolar, o direito à educação integral, a quebra absoluta dos privilégios para o acesso ao ensino secundário e superior e, além disso, propunha a reorganização do sistema escolar, abrindo-se a escola à sociedade.

O próprio Manifesto constituía um "apelo" ao Estado e à sociedade, buscando uma ação nacional que mobilizasse a população em relação aos problemas sociais e gerasse vontade de mudança. Tal mudança, dentro do contexto de um novo governo, o governo Provisório de Getúlio Vargas, idealizava um plano geral de educação que promovesse uma organização da estrutura orgânica, com vistas a três eixos norteadores: a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino. (17)

O próprio Fernando de Azevedo, educador liberal, defendia o documento como plano sistemático para nortear um programa para a nova política educacional.

não se pode contestar que no manifesto de 1932, [...] se analisa o problema da educação nacional sob todos os seus aspectos, se definem os princípios e se

traçam, pela primeira vez, as diretrizes de um programa geral de educação, cujas peças articuladas entre si, num plano sistemático, são subordinadas a finalidades preciosas que atuam sobre todo o conjunto. (18)

O Manifesto não foi o primeiro documento a ser publicado à época do início da renovação pedagógica, mas, por seu caráter panfletário de distribuição e inserção no momento histórico apropriadamente revolucionário, tornou-se marco na fundamentação para as discussões em torno da escola como *locus* privilegiado para o desenvolvimento dos princípios democráticos e de participação popular na instituição educacional.

A escola, a nova escola, deveria estar pautada em ampla autonomia técnica, administrativa e econômica associada à autonomia didático-pedagógica. E assim está exposto no Manifesto:

A escola que tem sido um aparelho formal e rígido, sem a diferenciação regional, inteiramente desintegrado em relação ao meio social, passará a ser um organismo vivo, com uma estrutura social, organizada à maneira de uma comunidade palpitante pelas soluções de seus problemas. (19)

No “plano de reconstrução educacional” apresentado nas páginas do Manifesto, a escola ocupa o centro das discussões, seja a primária ou secundária. E neste debate,

a nova política educacional rompendo, de um lado, contra a formação excessivamente literária da nossa cultura, para lhe dar um caráter científico e técnico, e contra esse espírito de desintegração da escola, em relação ao meio social, impõe reformas profundas, orientadas no sentido da produção e procura reforçar, por todos os meios, a intenção e o valor social da escola, sem negar a arte, a literatura e os valores culturais. (cf. 19)

Combatia-se a escola tradicional por sua rigidez, estando fechada aos novos ideais importados pelo Brasil, trazidos da Europa e países americanos. Compreendia-se que as reformas necessárias à educação deveriam mudar, primeiramente, a escola, democratizando o acesso para que todos nela tivessem participação.

Cada escola, seja qual for o seu grau, dos jardins às Universidades, deve, pois, reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando e aproveitando as iniciativas dos pais em favor da educação [...]. Utilizando, em seu proveito, os valiosos e múltiplos elementos materiais e espirituais da coletividade e despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os pais, os professores, a imprensa e todas as demais instituições diretamente interessadas na obra da educação. (cf. 19)

No entanto, conforme Saviani, “A escola Nova aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites”, pois, a “‘Escola Nova’ organizou-se basicamente na forma de escolas experimentais ou como núcleos raros, muito bem equipados e circunscritos a pequenos grupos de elite” (20) e “em lugar de resolver o problema da marginalidade, a ‘Escola Nova’ o agravou” (cf. 20). Vale salientar ainda que “Ao enfatizar a ‘qualidade do ensino’ ela (“Escola Nova”) deslocou o eixo de preocupação do âmbito político (relativo à sociedade em seu conjunto) para o âmbito técnico” (cf. 20).

Por fim, considerando que a temática exige um aprofundamento posterior, minucioso e comparativo com as diversas questões que envolvem a história da educação no Brasil, acredito que atingimos o objetivo de traçar um breve percurso nas linhas discursivas do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, apontando elementos que possam servir a(à) outros(as) no sentido de continuar os estudos, na crítica e na proposição de novos eixos de trabalho investigativo.

Notas

1 SANTUCCI, João. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Disponível em: <<http://saladeaula.terapad.com/index.cfm?fa=contentNews.newsDetails&newsID=21561&from=archive>> Acesso em: 30 jun. 2008.

2 MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932): A reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>> Acesso em: 24 jun. 2008.

3 idem.

4 idem.

5 PELAES, Maria Lúcia Wochler. **Um olhar sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova**. Disponível em: <http://www.clicklivro.com.br/content/view/5040/69/> Acesso em: 30 jun. 2008.

6 idem.

7 AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976. p. 164.

8 ibidem, p. 184.

9 SANTUCCI, João. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Disponível em: <<http://saladeaula.terapad.com/index.cfm?fa=contentNews.newsDetails&newsID=21561&from=archive>> Acesso em: 30 jun. 2008.

10 AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976. p. 165.

11 ibidem, p. 164.

12 ibidem, p. 165.

13 ibidem, p. 164.

14 idem.

15 ibidem, p. 166.

16 ibidem, p. 175.

17 PELAES, Maria Lúcia Wochler. **Um olhar sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova**. Disponível em: <http://www.clicklivro.com.br/content/view/5040/69/> Acesso em: 30 jun. 2008.

18 AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976. p. 177-178.

19 MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932): A reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>> Acesso em: 24 jun. 2008.

20 SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 37. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2005. (Polêmicas do Nosso Tempo, v. 5). p. 10.